
Indicações geográficas paraenses: o aumento na competitividade e agregação de valor dos produtos.

Geographical indications from Pará: the increase in competitiveness and added value to products.

Heriberto Wagner Amanajás Pena^{1*}, Marcelo Santos Chaves^{1,2}, Brenda Graciele dos Santos Cunha^{2,1}, João Francisco Pires Porto^{3,1}, Educélio Gaspar Lisboa^{4,1}

RESUMO

O presente artigo se propôs a testar a hipótese defendida pela literatura especializada de que, a obtenção de Indicações Geográficas, enquanto certificações da produção tendem a resultar em ganhos econômicos como agregação de valor e competitividade do produto no mercado consumidor. Para examinar a procedência de tal alegação foram selecionados 12 indicadores associados à produção, comercialização e emprego e renda na atividade cacaueteira do município de Tomé-Açú, no estado do Pará, para o período de 2015 a 2021, utilizando o método hipotético-dedutivo por intermédio da análise exploratória e descritiva de dados secundários governamentais. Os resultados apurados no curto prazo permitem corroborar parcialmente com a alegação defendida pela literatura, no tocante ao fato das Indicações Geográficas resultarem em ganhos econômicos para os produtos certificados.

Palavras-chave: Indicação Geográfica; Agregação de valor; Competitividade.

ABSTRACT

The article adds value at competitive prices tested and defended by the recognized production that, while certifications of the production presented, at competitive prices increases in product on the market. To examine the origin of this claim, 2 indicators associated with production, marketing and employment and income in the cacao tree in the municipality of Açú, in the state of Pará, were selected for the period of 2015, using the hypothetical-deductive method through exploratory analysis and description of secondary government data. The short-term results made it possible to ascertain in the literature the short-term results defended by the literature with the claim that certified guarantees result in certified financial gains.

Keywords: Geographical Indication; Adding value; Competitiveness.

¹ Universidade do Estado do Pará 1.

*E-mail: heriberto@uepa.br

² Fundação Amazônia de Amparo à Estudos e Pesquisas

INTRODUÇÃO

Em todos os setores do comércio internacional, em sua análise histórica foi observada uma forte tendência de que os novos ganhos de mercado estariam associados à identidade dos produtos e serviços comercializados. Nesse sentido, o termo Indicação Geográfica (IG) desenvolveu-se ao longo da história de modo natural, no momento que produtores, comerciantes e consumidores comprovaram que alguns produtos, advindos de determinados lugares, apresentavam qualidades particulares atribuíveis à sua origem geográfica e passaram a denominá-los com o nome geográfico de procedência (BARBOSA et al., 2013).

Estudos apontam que desde 1.800 e 500 A.C, período que compreende o antigo testamento bíblico, já se observava estas formas de referencias feitas por consumidores de certos tipos de vinhos, ligando-os aos seus locais de produção, a fim de reconhecer a sua origem e qualidade (BARBOSA et al., 2013). Em síntese, de acordo com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as Indicações Geográficas (IGs), são certificações de indicação de qualidade concedidas para produtos/serviços que detêm um local forte de produção e reconhecimento, além de um saber fazer diferente.

Sob tal perspectiva, NIEDERLE, 2014 e PELLIN, 2019, concluíram em seus respectivos trabalhos que, as Indicações Geográficas, enquanto certificações da produção tendem, em certa medida, a implicar em ganhos econômicos como agregação de valor e competitividade, sobre produto, em relação aos seus similares, no mercado consumidor.

Outros autores como Pigatto et al. (2016) avaliaram que as Indicações Geográficas têm sido uma alternativa estratégica para os produtores expandirem seus mercados consumidores, e buscarem uma alternativa a concorrência existente no mercado interno, ou mesmo obterem uma estabilidade de crescimento dos mercados que já possuem reconhecimento.

Face ao exposto, seria possível concluir, do ponto de vista das ciências econômicas, que, após a concessão de tal certificação, todo e qualquer produto/serviço tenderá a obter ganhos econômicos via agregação de valor e aumento de competitividade no mercado consumidor?

Neste sentido, o presente artigo se propôs a testar a hipótese defendida por NIEDERLE, 2014 e PELLIN, 2019, de que a obtenção de Indicações Geográficas, enquanto certificações da produção tendem a implicar em ganhos econômicos, tomando como objeto de análise o contexto econômico da produção de cacau de Tomé-Açú, obteve

em 2019 do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) uma Identificação Geográfica de Procedência (IGP).

Para examinar a procedência de tal hipótese, foram selecionados 12 indicadores associados à produção, comercialização e emprego e renda na atividade cacaueteira de Tomé-Açú, para o período de 2015 a 2021, utilizando o método hipotético-dedutivo através da análise exploratória e descritiva de dados secundários governamentais. Os resultados apurados no curto prazo permitiram ser possível corroborar, parcialmente, a hipótese proposta neste estudo, e defendida pela literatura especializada, no tocante ao fato das Indicações Geográficas implicarem em ganhos econômicos para os produtos certificados.

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: ANÁLISE DESCRITIVA

No campo das certificações, as diferenças das Indicações Geográficas para qualquer outro tipo certificado de qualidade Internacional no setor agroalimentar, pode ser explicado pelo grau de autenticidade que uma IG agrega ao um determinado produto ou serviço dentro de um determinado mercado consumidor. Segundo Bruch e Barbosa (2013), no primeiro momento as IGs valiam-se, de apenas um objetivo, a proteção à falsificação e concorrência desleal de artigos similares. Entretanto, os certificados vão além destes princípios básicos, e agregam valores diferenciados aos mesmos, chegando a ser instrumento de desenvolvimento de várias regiões.

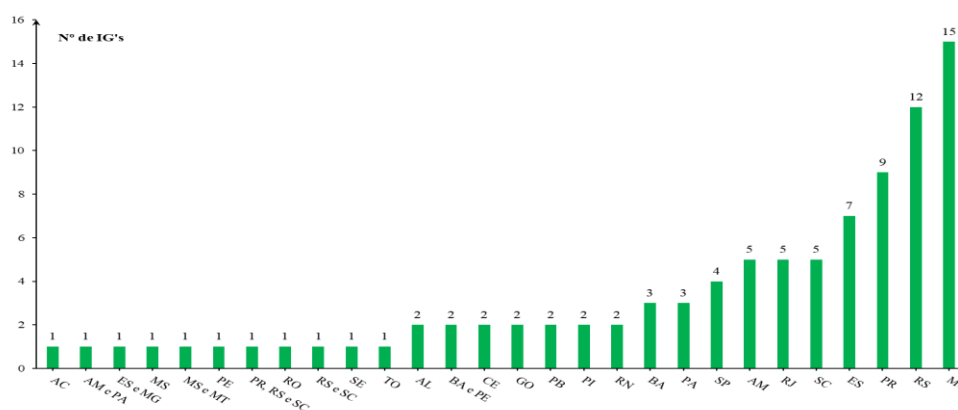
Na perspectiva histórica, a primeira IG legalmente conhecida remonta aos vinhos da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, localizada na região do Douro em Portugal, que era uma região produtora desde o século III segundo estudos, e que chegava a região do Porto em Portugal através de barcos antigos para receber açúcares e adição de aguardentes, e que por volta de 1700 com o majestoso futuro Marques de Pombal buscou patentear os vinhos, a fim de assegurar o produto contra falsificações e acrescentar valor ao mesmo, o que mais tarde cominaria com a criação das denominações de origens, o que hoje conhecemos como Indicações Geográficas. Logo, o exemplo do Vinho do Porto é entendido quase como um marco referencial ao tema das IGs (DA SILVA et al., 2012).

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO CONTEXTO NACIONAL

No Brasil, a lei da Propriedade Industrial (LPI) do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) nº 9.279/1996 oficializou as certificações das Indicações Geográficas no país, e assim passou a atribuí-las aos produtos nacionais, já que a

qualidade era garantida por meio dos registros. As Indicações Geográficas (IGs) se distinguem de duas formas no país, a Indicação de Procedência (IP), que indica a origem do produto baseada na reputação da região, normalmente por fabricar determinado produto ou serviço, a partir do histórico e das tradições locais. Já a Denominação de Origem (DO) é concedida quando as qualidades do produto sofrem influência exclusiva ou essencial das características daquele lugar, sejam fatores naturais ou humanos, ou seja, os fatores ambientais, como clima e altitude, e as peculiaridades da região, influenciam no resultado final, na qualidade do produto, de forma identificável e mensurável (MAPA, 2021).

Figura 1 – Distribuição das Indicações Geográficas no Brasil, UF.



Fonte: MAPA, 2022.

Elaboração: Adaptado pelos autores.

Outrora, apesar do pouco tempo de formulação da lei, atualmente o país já conta 93 Indicações Geográficas sendo 70 na forma de IP, e 23 na forma de DO. Tendo em vista vários segmentos de produção, tendo como setor principal o agroalimentar. As principais características de formulação destes registros acontecem por intermédio do INPI, que é o órgão emitente das certificações (Figura 1). Analisando a distribuição dos IG's por unidades federativas do país, nota-se que, dos 93 IG's concedidos no país, observa-se que Minas Gerais concentra cerca de 15 IG's exclusivos e 1 compartilhado com o estado do Espírito Santo, em seguida vem o Rio Grande do Sul com 12 IG's exclusivos e 2 compartilhados com os estados do Paraná e Santa Catarina. O estado do Pará é o 9^a com 3 exclusivos e 1 compartilhado com o estado do Amazonas (Figura 1).

Avaliando a distribuição dos IG's por classes, nota-se que a economia brasileira conta com um total de 23 classes. Dos 93 IG's concedidos no país, observa-se que a classe de Cafés é a de maior recorrência, representando cerca de 14% do total de existentes no

país até o momento. Em seguida vem à classe de Frutas a exceção do cacau, quase 12% de todos os IG's em atuação nos estados brasileiros (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição das Indicações Geográficas por classes, Brasil.

Ranking	Classificação dos IG's	Nº de IG's	Part.(%)
	Total de IG's	93	100
1º	Cafés	13	14,0
2º	Frutas (exceto derivados e cacau)	11	11,8
3º	Artesanatos	10	10,8
4º	Vinhos	9	9,7
5º	Produtos de Abelhas	7	7,5
6º	Doçaria (inclui geleias, compostas, doces em geral, frutas cristalizadas, e similares, exceto chocolates).	5	5,4
7º	Laticínios (inclui queijos)	5	5,4
8º	Rochas Ornamentais e Cerâmicas	5	5,4
9º	Cacaus e/ou Chocolates	4	4,3
10º	Bebidas Alcoólicas (exceto Vinho)	3	3,2
11º	Carnes e Embutidos (inclui linguças)	3	3,2
12º	Farináceos (inclui farinhas de milho, de mandioca, exceto tapioca)	3	3,2
13º	Pescados e Frutos do Mar	3	3,2
14º	Ervas (inclui ervas para chás, chimarrão, tererê ou tererê)	2	2,2
15º	Raízes e Tubérculos	2	2,2
16º	Bebidas não alcoólicas	1	1,1
17º	Calçados	1	1,1
18º	Couros	1	1,1
19º	Fibras	1	1,1
20º	Gemas	1	1,1
21º	Grãos e Cereais (exceto Castanhas e Amêndoas)	1	1,1
22º	Hortaliças e Hortifrútiis	1	1,1
23º	Serviços	1	1,1

Fonte: MAPA, 2022 (Nota: dados extraídos em 11.09.2022)

Elaboração: os autores.

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO CONEXTO DA ECONOMIA PARAENSE

Dados do MAPA dão conta de que, o Pará conta com três IG's exclusivas, catalogadas no seguimento de Indicação de Procedência, exercendo influência produtiva em cerca de 13 municípios. A IG com maior influência é o queijo do Marajó com um total de 7 municípios, em seguida vem à farinha de Bragança com 5 municípios (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição das Indicações Geográficas exclusivas do Pará, por área de influência produtiva (2022)

Município de Influência da IG	Indicação Geográfica (IG)
Augusto Corrêa	Bragança (Farinha de Mandioca)
Bragança	Bragança (Farinha de Mandioca)
Santa Luzia do Pará	Bragança (Farinha de Mandioca)
Tracuateua	Bragança (Farinha de Mandioca)
Viseu	Bragança (Farinha de Mandioca)
Cachoeira do Arari	Marajó (Queijo)
Chaves	Marajó (Queijo)
Muaná	Marajó (Queijo)
Ponta de Pedras	Marajó (Queijo)
Salvaterra	Marajó (Queijo)
Santa Cruz do Arari	Marajó (Queijo)
Soure	Marajó (Queijo)
Tomé-Açu	Tomé-Açu (Cacau)

Fonte: MAPA, 2022 (Nota: dados extraídos em 11.09.2022)

Elaboração: os autores.

IGP DO CACAU DE TOMÉ-AÇÚ

Tomé-açu na região nordeste do Estado do Pará, detêm desde Janeiro de 2019 uma certificação internacional garantida a partir da imensa qualidade de suas amêndoas de cacau. Segundo a Associação Cultural de Tomé-açu (ACTA), as primeiras sementes de cacau foram introduzidas em Tomé-açu pelos imigrantes japoneses no início da colonização em meados de 1929, quando o declínio da Pimenta-do-reino aconteceu, e visava estabelecer o cultivo da fruta. Entretanto, apenas em 1970 o cultivo foi estabelecido de fato, já que na primeira tentativa devido às pragas e falta de conhecimento no plantio as plantações não vingaram. Porém, a partir da consagração no plantio do cacau em Tomé-açu, a região se tornou reconhecida em todo o País devido a sua forma de produção, que se denomina “Agroflorestal” na qual o cacau é plantando na mesma área antes, durante e depois do cultivo da Pimenta-do-reino, gerando uma forte cadeia para a proteção dos cacauzeiros (AGUIAR; MELO; SANTOS; SILVA, 2021).

Em 2014 foi formalizado o pedido junto ao INPI para a aprovação do selo de IGP ao Cacau de Tomé-açu, a solicitação foi formulada pela Associação Cultural de Tomé-açu (ACTA), e contava juntamente com a delimitação da área produtora, que compreendia todo o município de Tomé-açu. Como dito o pedido foi aceito em janeiro de 2019, e ficou marcado como a primeira IG totalmente do Estado do Pará (Figura 2)

Figura 2 - Selo de Indicação de Procedência do Cacau de Tomé-açu.



Fonte: INPI, (2019).

O selo de IGP ao Cacau de Tomé-açu agregou garantias às amêndoas da fruta na região, já que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Pará é o maior produtor de Cacau do Brasil, com 53,64% da produção nacional, sendo o valor de produção de cerca de 1,7 bilhão de reais (WATRIN; SILVA; IGAWA, 2021). Dessa forma é nítida a importância da certificação para Tomé-açu, que com o selo ganha mais um diferencial ao seu produto e se torna mais competitivo no mercado (Inter) nacional.

IGP DO QUEIJO DO MARAJÓ

A ilha do Marajó é mundialmente conhecida como a maior ilha fluviomarítima do planeta, com uma área total que chega a cerca de 40.100 km². E aproveitando todo este vasto território, um fazendeiro chamado Vicente Chermont de Miranda no final do século XIX introduziu na região um tipo de animal originário do continente asiático, os búfalos, no qual os mesmos se adaptaram muito bem a ilha (DA CRUZ, 2017, p.208).

Com a adaptação dos animais a ilha, várias funcionalidades dos búfalos passaram a serem descobertas, tais como aproveitamento no setor alimentar, como derivados do leite das búfalas, couro, etc. O leite das búfalas marajoaras foi tão bem aceito pelas demais regiões tanto do estado, quando para o restante do Brasil, que passou a ser relacionado á região, tornando-se uma das características marcantes do Marajó, pelo seu saber diferenciado (SEBRAE, 2021), sendo fortemente incentivado por instituições estaduais e federais como: SEDAP, MAPA, SEBRAE e o SETUR (DA CRUZ, 2017, p. 130).

Em virtude disso, no ano de 2018 foi solicitada pela Associação dos Produtores de Leite e Queijo do Marajó (APLQMARAJÓ), juntamente com as instituições Estaduais e Federais o selo de IGP ao Queijo do Marajó, que visava o fortalecimento econômico e agregação de valor aos produtos e a região. (Figura 3).

Figura 3 - Selo de Indicação de Procedência do Queijo do Marajó



Fonte: INPI, (2021).

Tal pedido foi aceito em Março de 2021 e ficou marcado como segunda IG totalmente paraense. A certificação do arquipélago abrange toda uma região que envolve sete municípios da ilha pertencentes á microrregião do Arari, que são eles: Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, conhecidos como campos do Marajó (DA SILVA; CRUZ; ALMEIDA; 2020).

IGP DA FARINHA DE BRAGANÇA

O município de Bragança no Nordeste do Estado, sempre exerceu uma referencia quando se tratava de farinha de mandioca na região apesar de vários outros municípios também exercerem a produção de farinha. Segundo dados da historiadora Sidiana Macêdo (2014), que relatam que desde o século XIX a farinha de Bragança já era reconhecida por sua qualidade superior as demais e desse modo possuía um valor maior que as outras farinhas de mandioca, o que se perpetua até os dias de hoje.

Nesse contexto, em janeiro de 2019 a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas dos Caetés (COOMAC) apresentou o pedido de reconhecimento de Bragança como Indicação de Procedência para a farinha. E em Maio de 2021 o pedido de IGP a farinha foi reconhecido, e nele constava a delimitação geográfica da certificação que se estendia por cinco municípios do Nordeste Paraense, e são eles: Augusto Corrêa, Bragança, Santa Luzia do Pará, Tracuateua e Viseu. E segundo Melo (2021), isso ocorre por conta do processo histórico de criação desses municípios, que no qual foram todos desmembrados de Bragança. O primeiro deles foi Vizeu no ano de 1856, Augusto Corrêa em 1961, Santa Luzia em 1991 e o ultimo a se desmembrar foi Tracuateua em 1994.

Figura 4 - Selo de Indicação de Procedência da Farinha de Bragança



Fonte: INPI, (2021).

O selo de IGP para a Farinha de Bragança foi a concretização do saber-fazer diferenciado da região, que é conhecida no estado do Pará como Pérola do Caeté, por ser uma região banhada pelas águas do rio Caeté. É uma das características que mais agrega valor e diferenciação a farinha de Bragança, e sem dúvidas as etapas de produção, que envolvem um processo minucioso de lavagem da mandioca que pode chegar a dias inteiros entre secagem; esmagamento da massa; peneiragem e a própria torração da farinha (OLIVEIRA, 2015).

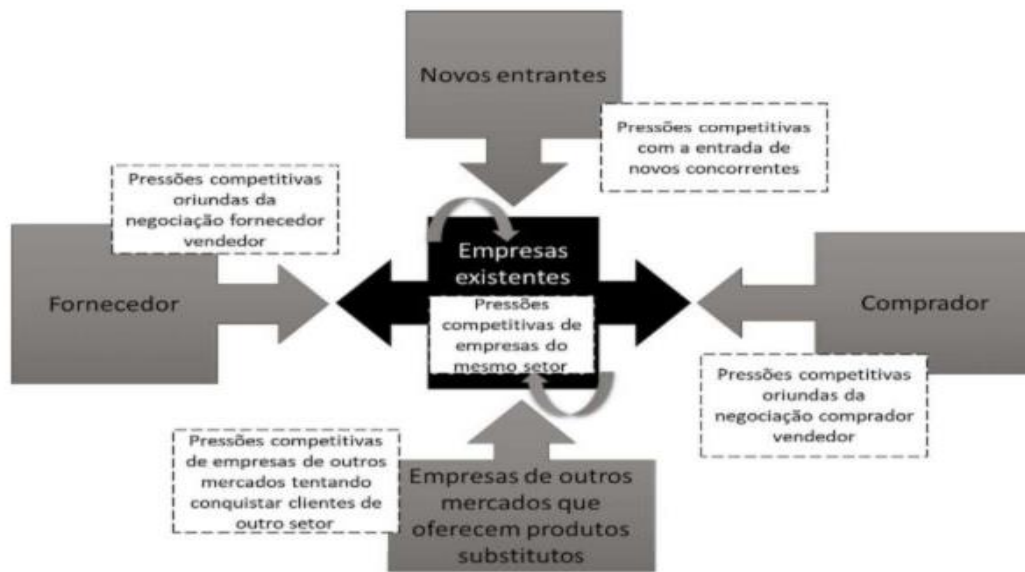
Todavia, mesmo com o pequeno número de certificações homologadas no estado, há vários produtos e serviços típicos regionais potências aguardando aprovação para obterem o selo de reconhecimento (DA SILVA; CRUZ; ALMEIDA, 2020).

COMPETITIVIDADE DE MERCADO

CINCO FORÇAS DE PORTER

Quando se fala em Michael Porter, é inevitável citar o seu estudo sobre as suas cinco forças (2008). A priori é válido ressaltar que essas forças são utilizadas como uma ferramenta para as empresas que buscam a definição de uma estratégia, tanto no ambiente externo como interno, e traz também esse conceito de concorrência entre empresas de um mesmo ramo de negócios, que vendem ou produzam um produto igual ou semelhante. Trazendo para o contexto das Indicações Geográficas, este tema busca mostrar como o mesmo produto que possui o selo geográfico, possui uma diferenciação em relação ao seu similar que não detêm nenhuma certificação (SOUSA et al, 2019).

Figura 5 - Cinco Forças de Porter



Fonte: Adaptada de Gamble e Thompson (2012).

Outro ponto de extrema relevância a ser dito, é citar como uma das forças de Michael Porter se relaciona diretamente com as IGs, no caso a ameaça de novos entrantes. Essa força relaciona-se a grande competitividade global de mercados, e o grande investimento necessário para a entrada de novas empresas nos mercados globais, e o seu grande grau de dificuldade, impostos pelas empresas que já estão estabelecidas no mercado consumidor. Logo, as Indicações Geográficas diferenciam o produto dos demais players de compradores, trazendo assim uma maior notoriedade às empresas que trabalham com esses produtos certificados, facilitando sua entrada no ramo. Já a junção dessas forças irá definir o potencial de lucro e ajudar no desenvolvimento de estratégias competitivas das empresas (Figura 5).

METODOLOGIA

O presente estudo tem a finalidade de testar a hipótese de que, a obtenção de Indicações Geográficas tende a implicar em ganhos econômicos como agregação de valor e competitividade do produto, o método utilizado neste artigo foi o Hipotético-Dedutivo, proposto por Popper (1975), que tem por finalidade procura uma solução, por meio de tentativas (conjecturas, hipóteses, teorias) e eliminação de erros, através de uma análise exploratória e descritiva de dados secundários governamentais.

ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Tabela 03 – Descritivo técnico dos indicadores a serem empregados na pesquisa

Ordem	Dimensão	Descrição do Indicador	Período
1º	Produção	Quantidade produzida de cacau (amêndoa) no município de Tomé-Açú/PA, dado em Toneladas. Seus dados foram extraídos da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE).	2015-2020
2º	Produção	Taxa de produtividade no cultivo do cacau no município de Tomé-Açú/PA, dado em Kg/hec. Seus dados foram extraídos da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE).	2015-2020
3º	Produção	Valor da produção de cacau no município de Tomé-Açú/PA, dado em R\$ Mil. Seus dados foram extraídos da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE).	2015-2020
4º	Produção	Impactos diretos e indiretos do valor da produção de cacau no município de Tomé-Açú/PA, dado em R\$ Mil. Os impactos diretos foram os informados pela PAM/IBGE, e os indiretos foram mensurados pelos autores, a partir dos multiplicadores descritos na Matriz de Insumo-Produto elaborada pela FAPESPA (2015).	2015-2020
5º	Comercialização	Quantidade exportada de cacau pelo município de Tomé-Açú/PA, dado em Toneladas. Seus dados foram extraídos da plataforma Comexstat/MDIC. Obs.: Entende-se por cacau neste indicador, aquele descrito pelo código: NCM 1801.00.00 - Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado.	2015-2021
6º	Comercialização	Valor exportado de cacau pelo município de Tomé-Açú/PA, dado em Milhões US\$. Seus dados foram extraídos da plataforma Comexstat/MDIC. Obs.: Entende-se por cacau neste indicador, aquele descrito pelo código: NCM 1801.00.00 - Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado.	2015-2021
7º	Comercialização	Preço do cacau de Tomé-Açú/PA no mercado internacional, dado em US\$ por Tonelada. Seus dados foram extraídos da plataforma Comexstat/MDIC. Obs.: Entende-se por cacau neste indicador, aquele descrito pelo código: NCM 1801.00.00 - Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado.	2015-2021
8º	Emprego e Renda	Quantidade de emprego formal na produção de cacau no município de Tomé-Açú/PA, dado em Número de Vínculos. Seus dados foram extraídos do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS/MTP). Obs.: Entende-se por produção de cacau neste indicador, aquele descrito pelo código CNAE: 0135-1/00 - Cultivo de cacau.	2015-2020
9º	Emprego e Renda	Quantidade de emprego formal na produção de cacau no município de Tomé-Açú/PA, dado em Número de Vínculos. Seus dados foram extraídos do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS/MTP). Obs.: Entende-se por produção de cacau neste indicador, aquele descrito pelo código CNAE: 0135-1/00 - Cultivo de cacau.	2015-2020
10º	Emprego e Renda	Número de empregos diretos e indiretos gerados em toda cadeia produtiva do cacau no município de Tomé-Açú/PA, dado em Número de Vínculos. Os impactos diretos foram os informados pela RAIS/MTP, e os indiretos foram mensurados pelos autores, a partir dos multiplicadores do emprego, descritos na Matriz de Insumo-Produto elaborada pela FAPESPA (2015).	2015-2020
11º	Emprego e Renda	Renda gerada pelo emprego formal na produção de cacau no município de Tomé-Açú/PA, dado em R\$ Milhões. Os valores foram calculados pelos autores a partir de dados da RAIS/MTP. Obs.: Entende-se por renda gerada a massa salarial anual, que corresponde ao somatório do produto entre a remuneração média mensal da ocupação pelo número de vínculos empregatícios ativos nesta ocupação, em cada mês.	2015-2020
12º	Emprego e Renda	Impactos diretos e indiretos da renda gerada na produção de cacau no município de Tomé-Açú/PA, dado em R\$. Os impactos diretos foram os calculados pelos autores a partir de dados da RAIS/MTP, e os indiretos foram mensurados pelos autores, a partir dos multiplicadores da renda, descritos na Matriz de Insumo-Produto elaborada pela FAPESPA (2015).	2015-2020

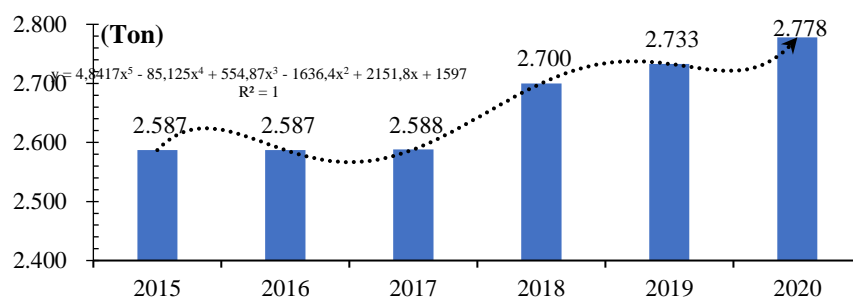
Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Foram selecionados 12 indicadores associados a atividade cacaeira, distribuídos nas seguintes dimensões econômicas: produção, comercialização e emprego e renda. O recorte espacial objeto da análise será o contexto econômica da atividade cacaeira do município de Tomé-Açú no estado do Pará. Optou-se por excluir da análise os demais produtos no estado com IG (farinha de Bragança e queijo do Marajó), em função de ambos terem obtido sua certificação apenas em 2021, e por isso ainda não se tem dados consolidados de um exercício, que possibilite verificar impactos (Tabela 3). O recorte temporal será o período entre 2015-2021, período este que compreende o marco temporal da concessão da certificação da produção cacaeira do município, ocorrido em 2019. Abaixo segue o descritivo dos indicadores a serem examinados (Tabela 3).

RESULTADOS

A evolução dos níveis de atividade de um produto pode ser observada a partir de seus padrões de produção ao longo do tempo. Neste sentido, a economia do município de Tomé-Açú/PA, entre 2015-2020, observou uma ascensão produtiva na produção da amêndoa do cacau, contabilizando um crescimento global da ordem de 7% neste recorte temporal, e encerrando 2020 com cerca de 2,8 mil toneladas produzidas (Figura 6).

Figura 6 - Evolução da quantidade produzida de cacau, Tomé-Açú/PA (2015-2020)



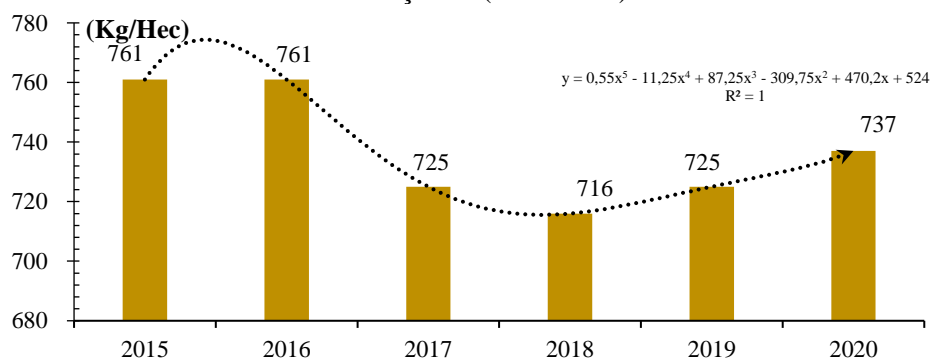
Fonte: PAM/IBGE, 2020.
Elaboração: os autores (2022).

Avaliando este comportamento sob a perspectiva da certificação que a produção cacaeira do município obteve do INPI em 2019, observa-se que, especificamente entre 2018-2020, período que marca o antes e depois da certificação, a produção registrou um crescimento de 3%, o que pode significar um ganho produtivo, também decorrente deste novo padrão de produção, agora certificada (Figura 6).

Dimensionando agora os níveis de atividade cacaeira em Tomé-Açú/PA a partir das taxas de produtividade, observa-se que houve uma retração na quantidade da amêndoa

obtida por hectare colhido no período em exame. Entre 2015-2020 este indicador retraiu cerca de -3,2%, contudo, em se tratando do contexto específico da certificação obtida em 2019, observou que no período 2018-2020 houve uma retomada nos ganhos de produtividade kg/hec de cerca de 3% após a certificação (Figura 7).

Figura 7 - Evolução da taxa de produtividade no cultivo do cacau Tomé-Açú/PA (2015-2020)

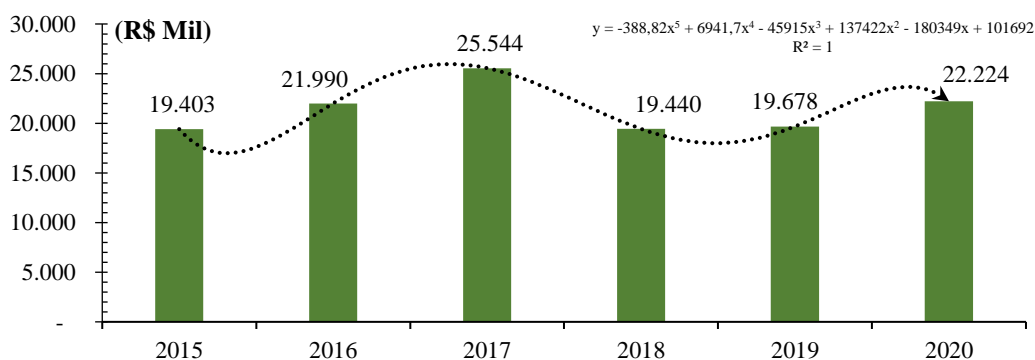


Fonte: PAM/IBGE, 2020.

Elaboração: os autores.

Dimensionando agora os níveis de atividade cacaeira em Tomé-Açú/PA por intermédio do valor bruto da produção, observa-se que no período em exame (2015-2020) ocorreu crescimento global no valor da produção de 14,5% e, em se tratando do contexto específico da certificação obtida em 2019, observou que no período 2018-2020 houve aumento no valor da produção da ordem de 14,3% após a certificação (Figura 8).

Figura 8 - Evolução do valor da produção de cacau, Tomé-Açú/PA (2015-2020)



Fonte: PAM/IBGE, 2020.

Elaboração: os autores (2022).

Dimensionando agora os níveis de atividade cacaeira em Tomé-Açú/PA por meio dos impactos diretos e indiretos produzidos pelo do valor bruto da produção, observa-se que, em 2018 o impacto diretor do valor da produção no município foi da ordem de R\$ 19,4 milhões e seu efeito indireto em toda cadeia produtiva associada ao cacau foi de R\$ 57,7 milhões. Após a certificação esses valores passaram a ser de R\$ 22,2 milhões e R\$ 66 milhões, nesta ordem, em 2020, o que aponta para ganhos diretos e

indiretos em toda cadeia produtiva, possivelmente decorrentes da certificação produtiva obtida pela produção municipal (Tabela 04).

Tabela 04 - Evolução dos impactos do valor da produção de cacau sobre toda cadeia produtiva do cacau, Tomé-Açú/PA (2015-2020)

Ano	Valor da Produção (Mil Reais)	Impacto em Toda Cadeia Produtiva do Cacau – Efeito Indireto (Mil Reais)	Valor da Produção Agregado (Mil Reais)
2015	19.403	57.627	77.030
2016	21.990	65.310	87.300
2017	25.544	75.866	101.410
2018	19.440	57.737	77.177
2019	19.678	58.444	78.122
2020	22.224	66.005	88.229

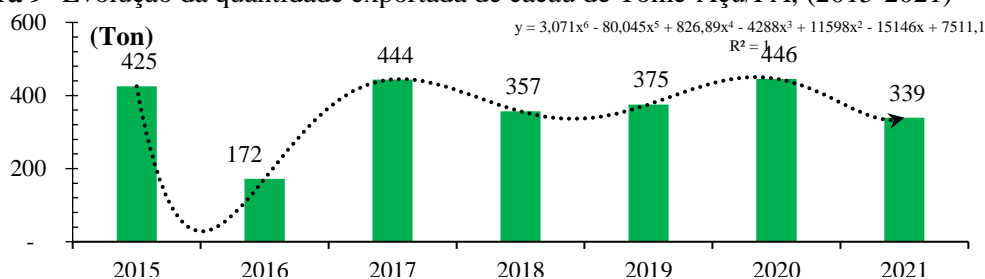
Fonte: FAPESPA, 2015 e PAM/IBGE, 2020.

Elaboração: os autores.

COMERCIALIZAÇÃO DE CACAU

A evolução dos níveis de atividade de um produto pode ser avaliada a partir de seus padrões de comercialização ao longo do tempo. Isto posto, em termos de comércio exterior, a economia do município de Tomé-Açú/PA, entre 2015-2021, observou uma relativa estabilização na quantidade de cacau exportada, se mantendo em um patamar médio de 365 toneladas exportadas ao ano com leves oscilações, a exceção do ano de 2016 (Figura 9).

Figura 9- Evolução da quantidade exportada de cacau de Tomé-Açú/PA, (2015-2021)

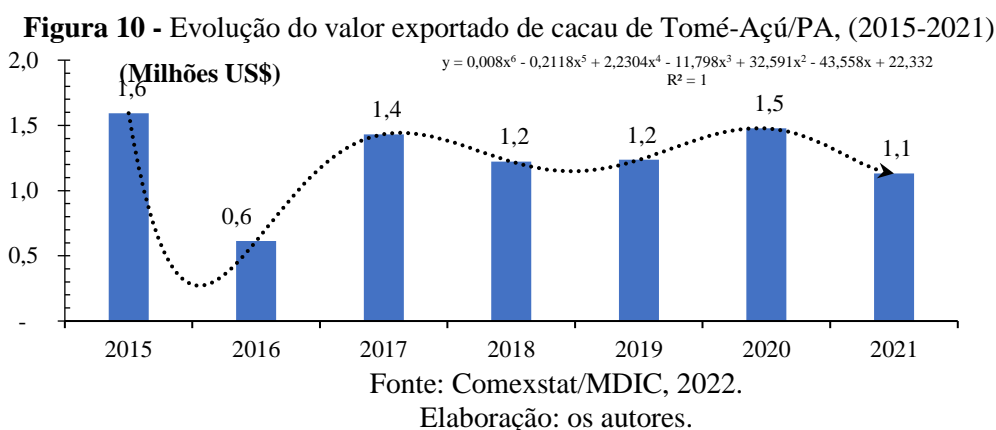


Fonte: Comexstat/MDIC, 2022.

Elaboração: os autores (2022)

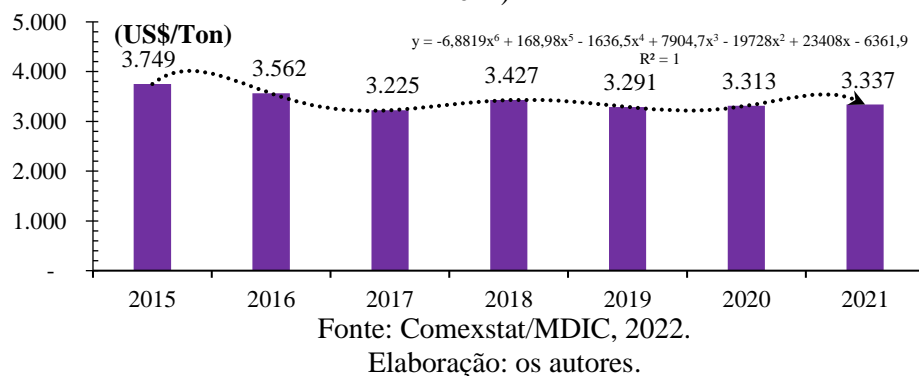
Avaliando este comportamento sob a perspectiva da certificação que a produção cacauera do município obteve do INPI em 2019, observa-se que, especificamente entre 2018-2020, a quantidade exportada registrou uma retração da ordem de -9,7%, o que, no limite, implica no fato de não ter havido impactos positivos neste indicador após o processo de certificação (Figura 9).

Dimensionando agora os níveis de atividade cacauera em Tomé-Açú/PA a partir do valor exportado, observa-se que ele basicamente seguiu o comportamento da quantidade exportada, com valor médio de exportação anual da ordem de US\$ 1,2 milhão, com leves variações, a exceção do ano de 2016 (Figura 10).



Dimensionando agora os níveis de atividade cacaeira em Tomé-Açú/PA por intermédio dos preços do cacau no mercado internacional, observa-se que no período em exame (2015-2020) ocorreu uma queda no preço desse produto da ordem de -11% e, em se tratando do contexto específico da certificação obtida em 2019, observou-se que no período 2018-2020 houve um leve aumento no preço da *commodity* em torno de 1,4% após a certificação, o que pode denotar indícios de ganhos, em termos de valor agregado, ante a demanda externa, em que pese as perdas globais verificadas na quantidade e valor exportado (Figura 11).

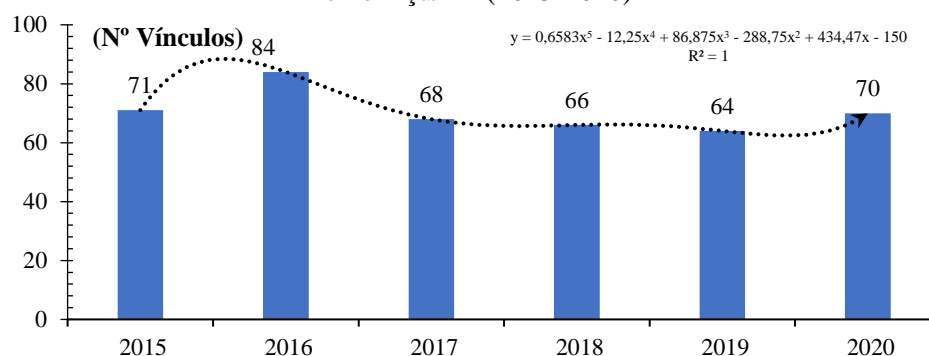
Figura 11- Evolução do preço do cacau de Tomé-Açú/PA no mercado internacional (2015-2021)



EMPREGO E RENDA

A evolução dos níveis de atividade de um produto pode ser avaliada também a partir de seus padrões de geração de emprego e renda. Diante disso, a economia do município de Tomé-Açú/PA, entre 2015-2020, observou uma relativa estabilização no seu estoque de empregos com carteira assinada na atividade cacaeira, se mantendo em um patamar médio de 71 empregos formais ao ano com leves oscilações, a exceção do ano de 2016 (Figura 12).

Figura 12 - Evolução da quantidade de emprego formal na produção de cacau Tomé-Açú/PA (2015-2020)



Fonte: RAIS, 2020.
Elaboração: os autores.

Analisando este comportamento sob a perspectiva da certificação que a produção cacaeira do município obteve do INPI em 2019, nota-se que, especificamente entre 2018-2020, o número de empregos com carteira assinada cresceu cerca de 6%, o que, no limite, implica no fato de ter havido impactos positivos na geração de empregos, após o processo de certificação (Figura 12).

Os impactos diretos e indiretos ocorridos na geração de novos empregos formais, observa-se que, em 2018 foram gerados diretamente no cultivo do cacau cerca de 66 empregos com carteira assinada, implicando na geração de 151 novos postos de trabalho ao longo de toda cadeia produtiva do cacau. Após a certificação esses valores passaram a ser de 70 empregos diretos e 160 indiretos, respectivamente, em 2020.

Tabela 05 - Evolução dos empregos diretos e indiretos gerados em toda cadeia produtiva do cacau, Tomé-Açú/PA em número de vínculos - (2015-2020)

Ano	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Total de Emprego na Cadeia Produtiva do Cacau
2015	71	163	234
2016	84	192	276
2017	68	156	224
2018	66	151	217
2019	64	147	211
2020	70	160	230

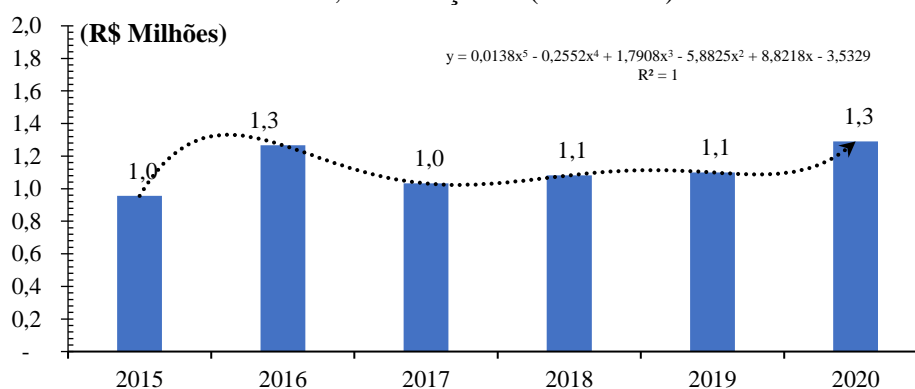
Fonte: FAPESPA, 2015 e RAIS, 2020.
Elaboração: os autores (2022).

Em 2018 foram 217 empregos gerados no total enquanto em 2020 foram 230 empregos gerados. Tal fenômeno aponta para ganhos diretos e indiretos na geração de emprego em toda cadeia produtiva, possivelmente decorrentes da certificação produtiva obtida pela produção municipal (Tabela 05).

Dimensionando agora os níveis de atividade cacaeira em Tomé-Açú/PA por intermédio da renda gerada pelo emprego formal, observa-se que no período em exame

(2015-2020) ocorreu uma alta na massa salarial anual da ordem de 35% e, em se tratando do contexto específico da certificação obtida em 2019, observou que no período 2018-2020 houve um significativo aumento na massa de salários anual de 19% após a certificação, o que pode denotar indícios de ganhos, em termos de renda gerada, ante ao estoque de empregos formais atuantes na cacauicultura do município (Figura 13).

Figura – 13 Evolução da renda gerada (massa salarial) do emprego formal na produção de cacau, Tomé-Açú/PA (2015-2020)



Fonte: RAIS, 2020.

Elaboração: os autores (2022).

Dimensionando agora os níveis de atividade cacauieira em Tomé-Açú/PA por meio dos impactos diretos e indiretos ocorridos na geração de renda, observa-se que, em 2018 foram gerados diretamente no cultivo do cacau cerca de R\$ 1 milhão de massa salarial, implicando na geração indireta de R\$ 3,2 milhões ao longo de toda cadeia produtiva do cacau. Após a certificação esses valores passaram a ser de quase R\$ 1,3 milhão de impacto direto e R\$ 3,2 milhões de impacto indireto em 2020. Em 2018 foram R\$ 4,2 milhões de renda total gerada, enquanto que em 2020 foram R\$ 5,1 milhões. Tal fenômeno aponta para ganhos diretos e indiretos na geração de renda em toda cadeia produtiva, possivelmente decorrentes da certificação produtiva obtida pela produção municipal (Tabela 06).

Tabela 06 - Evolução da renda gerada pelo emprego formal direta e indiretamente em toda cadeia produtiva do cacau, Tomé-Açú/PA (2015-2020)

Ano	Remuneração Média Nominal da Atividade no Ano - R\$	Massa Salarial Anual - R\$ (Renda Gerada Diretamente)	Impacto em Toda Cadeia Produtiva do Cacau - R\$ (Renda Gerada Indiretamente)	Renda Total Gerada
2015	1.121,94	955.890,12	2.838.993,66	3.794.883,78
2016	1.256,70	1.266.754,08	3.762.259,62	5.029.013,70
2017	1.265,17	1.032.376,56	3.066.158,38	4.098.534,94
2018	1.365,58	1.081.536,84	3.212.164,41	4.293.701,25
2019	1.432,25	1.099.965,12	3.266.896,41	4.366.861,53
2020	1.537,15	1.291.209,36	3.834.891,80	5.126.101,16

Fonte: FAPESPA, 2015 e RAIS, 2020.

Elaboração: os autores.

Em 2018 foram R\$ 4,2 milhões de renda total gerada, enquanto que em 2020 foram R\$ 5,1 milhões. Tal fenômeno aponta para ganhos diretos e indiretos na geração de renda em toda cadeia produtiva, possivelmente decorrentes da certificação produtiva obtida pela produção municipal (Tabela 06).

CONCLUSÃO

O presente trabalho se propôs a testar a hipótese defendida por NIEDERLE, 2014 e PELLIN, 2019, de que a obtenção de Indicações Geográficas, enquanto certificações da produção, tendem a implicar em ganhos econômicos como agregação de valor e competitividade do produto, em relação aos seus similares, no mercado consumidor. Para examinar a procedência de tal alegação foram selecionados 12 indicadores associados a produção, comercialização e emprego e renda na atividade cacauceira de Tomé-Açú, para o período de 2015 a 2021, utilizando o método hipotético-dedutivo através da análise exploratória e descritiva de dados secundários governamentais.

Os resultados apontaram que todos os indicadores de produção registraram indícios de uma associação entre os ganhos econômicos e a certificação da produção de cacau no município. O mesmo foi observado no que tange aos indicadores de emprego e renda. Contudo, em termos de mercado internacional, em se tratando de quantidade e valor exportado, não se identificou evidências de expansão da demanda externa pelo cacau de Tomé-Açú após o processo de certificação, prejudicando assim a alegação teórica de ganhos de competitividade, por outro lado, através do comportamento dos preços internacionais da *commodity*, foi possível constatar indícios de agregação de valor ao produto advindo do setor agropecuário de Tomé-Açú, após o processo de certificação.

Neste sentido, face aos resultados apurados no curto prazo (dois anos de certificação), é possível corroborar parcialmente com a alegação defendida pela literatura especializada, no tocante ao fato das Indicações Geográficas implicarem em ganhos econômicos para os produtos certificados.

No entanto, considerando que as certificações de produtos da economia paraense são fenômenos recentes, é fundamental que estudos futuros possam se aprofundar nesta questão, a partir de um período mais longo (longo prazo), com vistas a examinar a evolução dos indicadores aqui analisados, com objetivo de melhor dimensionar os reais impactos dessas Indicações Geográficas, em termos de ganhos econômicos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Manoel Enio Almeida et al. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CACAU DE TOMÉ-AÇU COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO E DA PROTEÇÃO DE COMUNIDADES LOCAIS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 3, 2021.

BARBOSA, PM da S.; PERALTA, P. P.; FERNANDES, L. R. R de MV Encontros e desencontros entre Indicações Geográficas, Marcas de Certificação e Marcas Coletivas. **As diversas faces da propriedade intelectual**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 141-173, 2013.

BRUCH, Kelly Lissandra; BARBOSA, PM da S. Evolução histórica e perspectivas das indicações geográficas brasileiras. **Eficiência energética, inovação e propriedade intelectual**, v. 1, p. 325-354, 2013.

DA CRUZ, Camila Aparecida; SOLA, Fernanda. As unidades de Conservação na perspectiva da Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 22, n. 2, p. 208-227, 2017.

DA SILVA, Fernanda Novo et al. Desafios à institucionalização das indicações geográficas no Brasil. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 2, p. 31-44, 2012.

DA SILVA, Stéphanie Oliveira; DA CRUZ, Benedito Ely Valente; DE ALMEIDA, Pedro Henrique Gomes. Indicações Geográficas no Estado do Pará: projetos em desenvolvimento e produtos potenciais1. **Editora da Universidade do Estado do Pará**, p. 40, 2020.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Medidas da Atividade Econômica no Estado Do Pará: Tabelas de Recursos e Usos (TRU), Matriz Insumo-Produto (MIP) e Matriz de Contabilidade Social (MCS) do estado do Pará**. Belém: FAPESPA, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: PAM, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 09 set. 2022.

LAGES, Vinícius; LAGARES, Léa; BRAGA, Christiano. **Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade indicações Geográficas e Certificações para Competitividade nos Negócios**. 2005.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. Do que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). São Paulo: Editora Alameda, 2014.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Fóruns Estaduais de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/foruns-estaduais-ig-marcas-coletivas>. Acesso: 15/08/2022.

MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Sistema Comexstat**. Brasília: MDIC, 2022. Disponível em: <http://comexstat.ComexStat.gov.br/pt/home>. Acesso em: 08 set. 2022.

MELO, S. Signos coletivos paraenses. **Embrapa Amazônia Oriental-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2021.

MTP - Ministério do Trabalho e Previdência. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Brasília: RAIS, 2020. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 09 ago. 2022.

NIEDERLE, Paulo A. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das indicações geográficas. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 4, n. 2, p. 21-43, 2014.

OLIVEIRA, Amanda Borges de et al. Indicações geográficas, produtos tradicionais e desenvolvimento territorial na Amazônia: um olhar sobre o projeto de indicação geográfica da farinha de Bragança. 2015.

PELLIN, Valdinho. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 63-78, 2019.

PIGATTO, Gessuir; DOS SANTOS RIBEIRO, Bianca Caroline; DOS SANTOS NEGRETI, Amanda. Inserção no mercado internacional: análise do comportamento das exportações das empresas alimentícias da região de Marília/SP. **Revista Economia & Gestão**, v. 16, n. 43, p. 126-151, 2016.

POPPER, K. S. **A lógica da pesquisa científica**. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SOUSA, Evandro et al. A influência e a percepção das cinco forças competitivas de Michael Porter no setor de panificação de Sobral-Ceará. **RICTS| Revista Internacional de Ciências, Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 25-50, 2019.

WATRIN, O. dos S.; SILVA, LGT; IGAWA, T. K. Padrões espaciais de sistemas agroflorestais com cultivo de cacau em Tomé-Açu, Nordeste paraense. 2021.